



HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: notas acerca da invisibilidade das experiências dos docentes e discentes negros nos espaços escolares.

Daniel Antônio Coelho Silva¹ – UNIUBE

RESUMO

O campo educacional trilhou caminhos semelhantes ao da Historiografia tradicional e as Ciências Sociais, ao reduzirem a condição do negro como sinônimo de escravizado e, portanto, praticamente reduzido à violência e ao arbítrio dos senhores, de maneira quase absoluta fez com que imperasse um olhar genérico e fatalista sobre a experiência negra. Em relação ao campo das Ciências Sociais e Humanas, mais recentemente, o volume e a qualidade dos estudos passaram a incorporar as estratégias de resistência, de acomodação e de negociação dos negros, adotadas ao longo de suas experiências históricas e, assim, foram de fato incorporadas às análises científicas ou acadêmicas. Tal fenômeno também ocorreu no campo da Historiografia educacional, isto é, até bem recentemente os estudos relativos aos processos educacionais desconsideravam os afrodescendentes como sujeitos relacionados ao processo, mas novos pesquisadores e pesquisadoras indicaram realidades históricas que ajudaram a desconstruir uns tantos equívocos praticados com relação ao assunto, como aponta o professor Marcos Vinicius Fonseca. O objetivo deste artigo é realizar uma reflexão de caráter bibliográfico de parte da produção recente sobre e a temática dos negros na educação e as críticas realizadas por ela em relação às análises anteriores.

Palavras-chave: Escola. Invisibilidade. Negros.

ABSTRACT

The educational field followed paths similar to that of traditional historiography and the Social Sciences, by reducing the condition of the black people as a synonym of enslaved ones and, therefore, practically reduced to violence and to the will of the masters, in an almost absolute way, it made a generic and fatalistic look on the black experience prevail. Concerning to the Social and Human Sciences field, more recently, the volume and quality of studies began to incorporate black people resistance, accommodation and negotiation strategies adopted throughout their historical experiences and, thus, were in fact incorporated into scientific or academic analyses. This phenomenon also occurred in the

¹ - Universidade de Uberaba. Doutorando em Educação do Programa Pós -Graduação em Educação/PPGE. – daniel.coelho@educacao.mg.gov.br.

field of educational historiography, that is, until very recently studies related to educational processes disregarded Afro-descendants as subjects related to the process, but new researchers and researches have indicated historical realities that have helped to deconstruct a number of misconceptions regarding the subject, as pointed out by Professor Marcos Vinicius Fonseca. The aim of this paper is to carry out a bibliographical reflection on part of the recent production on and the theme of black people in Education and the criticisms made by it in relation to previous analyses.

Keywords: School. Invisibility. Black people.

1 INTRODUÇÃO

A Pedagogia, como ciência da Educação nas últimas décadas, tem avançado nas análises e nas propostas relativas à qualidade do ensino no Brasil. A problematização do fenômeno educativo por meio das pesquisas realizadas nos programas de Pós-Graduação de universidades públicas e particulares aumentou não somente em volume de produção, mas também em relevância do conhecimento científico, resultado da ação dos sujeitos envolvidos no processo. Além disso, a complexidade e a dinâmica da nossa realidade histórica, econômica, política e social faz com que os esforços de pesquisa continuem a ser realizados e esse é um desafio que, felizmente, diversos pesquisadores e pesquisadoras estão dispostos a enfrentar. Neste artigo, faz-se uma reflexão acerca do processo educacional brasileiro, a partir da relação entre os negros e a Educação escolar, particularmente no período do final do século XIX e início do século XX. Privilegia-se o diálogo realizado pela nova Historiografia da Educação e as análises clássicas realizadas por estudiosos nesse campo durante boa parte do século passado.

Em termos de análise dos processos de produção de pesquisas na área de Educação, é possível perceber que a Historiografia da Educação, por intermédio do estudo de novas fontes de pesquisas e da incorporação de novos olhares sobre a questão dos negros, teve como um dos seus méritos principais apresentar fatos antes desconhecidos ou desconsiderados com respeito ao protagonismo na escola. Nesse sentido, são ações positivas que indicam a continuidade e a pertinência do fazer científico, como um meio necessário para o aprofundamento do conhecimento em nossa sociedade, entretanto, novas descobertas ensejam, também, novos desafios no trato das questões, particularmente aqueles relativos à objetividade do conhecimento e, portanto, a cientificidade das análises realizadas. Assim, a preocupação aqui é a de não usar os estudos históricos como um método de vingança contra aqueles que, no passado, discriminaram os negros, como bem

apontou Adriana Silva (2020); faz-se mister, portanto, a elaboração de pesquisas que estejam sustentadas em metodologias, em teorias e em conceitos cientificamente validados.

A História da Educação do negro Brasil, durante vários períodos, deixou de aprofundar os estudos sobre a relação entre os negros e a Educação. E em muitos casos, realizou uma leitura superficial de regulamentos e de testemunhos da época. Diversos pesquisadores entenderam que as palavras negro e escravizado eram sinônimas e, assim,

quando as leis de várias municípios e províncias do Império proibiram a Educação escolar de escravizados, eles desconsideraram que muitos libertos receberam instrução “primária” e, segundo estudiosos como Marcos Vinicius Fonseca (2011) e Cyntia Greive (2011), por exemplo, até mesmo escravizados, em diversas situações, frequentaram a escola.

De certa forma, o campo educacional trilhou caminhos semelhantes ao da Historiografia tradicional e as ciências sociais, ao reduzirem a condição do negro como sinônimo de escravizado e, portanto, praticamente reduzido à violência e ao arbítrio dos senhores, de maneira quase que absoluta, fizeram com que imperasse um olhar genérico e fatalista sobre a experiência negra.

Em relação ao campo das ciências sociais e humanas, mais recentemente, o volume e a qualidade dos estudos passaram a incorporar as estratégias de resistência, de acomodação e de negociação dos negros, adotadas ao longo de suas experiências históricas. Assim, foram, de fato, incorporadas as análises científicas ou acadêmicas. Tal fenômeno também ocorreu no campo da Historiografia educacional, isto é, até bem recentemente, os estudos relativos aos processos educacionais desconsideravam os afrodescendentes como sujeitos relacionados ao processo, mas novos pesquisadores e pesquisas indicaram realidades históricas que ajudaram a desconstruir uns tantos equívocos praticados com relação ao assunto como aponta o professor Marcos Vinicius Fonseca. O objetivo deste artigo é de realizar uma reflexão de caráter bibliográfico de parte da produção recente sobre a temática dos negros na Educação e as críticas realizadas por ela em relação às análises anteriores, e nesse aspecto, a pesquisa de natureza qualitativa. Este texto se estrutura em duas seções, além desta Introdução e das considerações finais. A primeira seção questiona se os negros na Educação podem ser considerados como sujeitos ou como objetos de pesquisa; a segunda analisa aspectos pertinentes ao tema, na História da Educação dos negros no Brasil.

2 NEGROS NA EDUCAÇÃO: SUJEITOS OU OBJETOS DE PESQUISA?

Atualmente, a discussão epistemológica sobre a relação sujeito e objeto adquiriu novos contornos que superaram as premissas positivistas relacionadas ao tema, nas Ciências Sociais e Humanas, portanto, o pesquisador e os pesquisados são sujeitos, pois ambos são partes integrantes dos fenômenos sociais analisados; o que os diferencia, essencialmente, é o lugar que cada um ocupa, circunstancialmente, no processo de pesquisa. Entretanto, tal visão não foi adotada imediatamente pelo campo de pesquisa

das áreas de Ciências Humanas. Na segunda metade do século XX, a Antropologia Cultural de Franz Boas (2004) abriu caminhos importantes para produzir análises que, concretamente, incorporaram a visão dos sujeitos de pesquisa no processo de produção do conhecimento. Em contrapartida, as correntes marxistas, apesar de reconhecerem o papel ativo dos grupos sociais subordinados na superação das desigualdades estruturais, em diversas situações, reduziram as análises às causas econômicas (DOMINGUES, 2001). Na área da ciência da Educação tais correntes também existiram, o que provocou uma série de análises reducionistas em relação ao protagonismo dos negros no espaço escolar, fato que, felizmente, passou a ser contestado nos novos estudos acerca da relação entre negros e Educação no Brasil.

Fonseca (2016), ao analisar as pesquisas de Fernando de Azevedo sobre a História da Educação no Brasil, observa que autor desconsidera por completo a relação entre os escravizados e a escola. Ideia bastante arraigada na Historiografia e na Sociologia da escravidão durante um certo período século XX, também se fez presente na Historiografia da Educação e, nesse sentido, Fonseca (2010) teceu importantes considerações acerca destes problemas e conclui que:

se tomarmos como referência os novos estudos sobre a escravidão, podemos dizer que a noção de adestramento está ligada à excessiva valorização que a violência adquiriu nos modelos explicativos relativos à sociedade escravista. É inegável a presença da violência física como mecanismo de coerção sobre os escravos, mas, no entanto, sua visão como elemento presente no cotidiano da sociedade escravista deve ser relativizada. É preciso abrir espaço para análises que possibilitem um entendimento maior dos processos sociais que envolviam a relação entre senhores e escravos, inclusive do ponto de vista educacional. (FONSECA, 2016, p. 44)

Novas análises surgiram, como muito bem descreveu Marcos Vinicius Fonseca (2016), a partir de pesquisas que se debruçaram sobre fontes históricas que outrora não foram consultadas ou que não foram devidamente compreendidas na época de suas análises. É importante considerar os efeitos negativos da crença de que os negros não tiveram participação significativa no processo educacional e em outros setores estratégicos da sociedade, pois tais efeitos se fizeram presentes nas pesquisas científicas de caráter educacional até bem pouco tempo e contribuíram, ainda que em parte, para a reprodução pelo conjunto da sociedade do senso comum referente à passividade dos negros diante de processo de repressão historicamente construído contra esse grupo.

As pesquisas de Fonseca (2011), relativas à Educação dos afrodescendentes em Minas Gerais no século XIX, evidenciam parte do processo de ocultamento da presença dos negros

no cenário educacional brasileiro, no entanto, é importante ressaltar que o acesso à Educação, para esses sujeitos, não era significativo em todas as províncias regiões do País, o que não justifica a quase ausência durante certos períodos da discussão da temática.

Fonseca preocupa-se em fazer com que os resultados dessas pesquisas que desconstroem a invisibilidade histórica, política e social dos negros possam fazer parte do cotidiano escolar e, para isso, uma formação inicial e continuada de professores que incorpore tais discussões é um caminho efetivo para a transformação do espaço escolar em um local mais solidário e que fato celebre a diversidade.

Por outro lado, dados recentes divulgados pelo Portal Geledés indicam que, em 74% das Secretarias de Educação, não existe um profissional ou equipe responsável pela implementação da Lei n.º 10.639/2003, que alterou a LDB para que as organizações de ensino incluíssem em seus currículos a História afro-brasileira e a africana, escolar situação que aponta para o descompasso entre o arcabouço legal e o institucional, que sustenta tais ações e a prática efetiva nas escolares do País.

Corroborando com as ideias centrais de Marcos Vinicius Fonseca (2011), Surya Aaranovich Pombo de Barros (2016) resalta as lacunas deixadas pela Historiografia da Educação e das Ciências Humanas em relação à população negra, não somente no período colonial e no Império, fato que ocorreu também no pós-abolição e, nesse caso, os negros praticamente desapareceram das pesquisas e das análises históricas acerca dos processos políticos, econômicos e educacionais, até, pelo menos, a primeira metade do século XX. Assim, iniciativas como a Frentes Negra, o Teatro experimental do Negro e outras ações que tinham também como foco a Educação como projeto de superação das desigualdades étnico-raciais eram experiências históricas relativamente desconhecidas de parcelas significativas de estudantes de cursos de licenciatura, de professores da Graduação e da Pós-Graduação das universidades brasileiras.

Segundo Pombo de Barros (2016), mesmo com a importância quantitativa e qualitativa da população negra no País, as pesquisas acadêmicas, em sua maioria, desconsideram esse grupo como sujeitos de pesquisa e, nesse sentido, a autora afirma:

[...] ainda que compo um importante segmento da população brasileira, e sendo objeto de pesquisas em diversas áreas das Ciências Humanas, a população negra, durante muito tempo, não fez parte dos sujeitos pesquisados pela história da Educação (BARROS, 2016, p. 54).



Em seu artigo, Surya Aaranovich Pombo de Barros (2016) apresenta um panorama das pesquisas realizadas nas últimas décadas, indicando seus avanços em relação à incorporação dos negros como sujeitos históricos e as limitações dessas produções. Assim, Pombo de Barros deixa claro seu objetivo quando diz que:

[...] com o que foi aqui exposto, desejamos oferecer aos estudantes, aos professores, aos pesquisadores e aos interessados na temática da História da Educação da população negra no Brasil o quadro mais abrangente possível das pesquisas realizadas nas últimas décadas no País” (BARROS, p.55, 2016).

A abrangência dos estudos sobre a escolarização da população negra pode ser verificada não somente pela quantidade das pesquisas realizadas, mas também pela qualidade dos estudos, o que não significa que todas as lacunas sobre a questão tenham sido preenchidas. Aliás, o racismo, bem como outras formas de desigualdades de caráter estrutural, apesar de alguns avanços, persiste na realidade brasileira, demonstrando que a Educação inclusiva e de qualidade, ainda que importante para o enfrentamento das desigualdades de classe, de gênero e de etnia, não terá sucesso efetivo sem que, como afirmou a professora Berenice Bento (2011), outro projeto de sociedade seja implementado.

As contribuições da Historiografia da Educação, ainda que modestas em relação ao nosso contexto histórico e social, são importantes e necessárias para que, em termos científicos, os avanços teóricos, metodológicos e conceituais aconteçam, fato que, em si, já justifica sua existência.

3- A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO BRASIL.

Neste momento da reflexão, os comentários a seguir têm como base alguns capítulos do livro A História da Educação dos negros no Brasil, que possuem relação mais direta com as práticas docentes, acerca do período da escravidão brasileira, mas, particularmente, aqueles relativos ao século XIX, sem se esquecer totalmente do período colonial, já que um dos textos comentados está relacionado à pedagogia jesuítica na articulação entre missão, ensino e escravidão.

O artigo de Fábio Eduardo Cressoni, intitulado “Missão, ensino e escravidão: pedagogia jesuítica nas obras de Jorge Benci e Antonil” é esclarecedor de como se estabelecia a hierarquia social na colônia, já que era um modelo baseado em uma experiência histórica europeia anterior, chamada de estamentos; assim, cada grupo tinha o seu lugar

demarcado e nele deveria permanecer, o que constituía um ordenamento integrado e harmônico, desde que cada um cumprisse sua função. E essa integração, deveria ser sustentada não só pelas palavras, mas pela coerção como elemento primordial, mas não exclusivo para manter o funcionamento “harmonioso” das partes que compõem todo. Nesse sentido, os jesuítas justificavam as punições de acordo com Cressoni da seguinte forma:

[...] castigos físicos, no entendimento desse padre, eram necessários. Não poderiam ocorrer em excesso, advertia ele. Entretanto, dispensá-los era impossível. As punições, no caso, eram adotadas no sentido de penitenciar individualmente o sujeito que abandonava a ordem pré-estabelecida. Castigava-se, pois, para corrigir e reconduzir o indivíduo em direção à sua posição social no estamento definido pelos portugueses (CRESSONI, 2016, p. 83).

Fábio Eduardo Cressoni (2016) também destaca que a ação Jesuítica não era o tempo todo alinhada com as expectativas dos portugueses, que, em geral, não acreditavam em uma modificação substancial do caráter “selvagem” dos escravizados, no entanto, em alguns momentos históricos, os jesuítas insistiram em ações catequéticas no sentido de levar os escravizados a um processo de modificação de sua natureza e a posterior construção de um ser cristianizado. Assim, o processo de aprendizagem aplicado pelos jesuítas era voltado para a retirada ou para o apagamento da identidade original dos sujeitos, na tentativa de inculcar nos educandos os valores primordiais de sua civilização, e é claro, em uma posição de aceitação subordinada de sua condição nesse estamento. Assim, a disciplina pautada na obediência seria sinônimo de liberdade, ainda que a condição objetiva dos indivíduos fosse a de escravizados.

Nesse aspecto, de acordo com Cressoni (2016), o cerne da pedagogia jesuíta era fundamentado em três pilares de ação docente, que deveriam produzir nos educandos, um novo homem adequado aos pressupostos dos objetivos divinos: pão, ensino e trabalho. Nesse sentido, ao citar o missionário Benci, esclarece a essência dessa pedagogia:

[...] O maior exemplo dessa ideia é observado em um dos trechos da obra de Benci (1977) na qual este missionário afirmaria que se fazia mister aos escravos um tripé composto de panis, disciplina et opus - pão, para garantir-lhes o sustento, ensino, para disciplinar-lhes a alma e não errar em seus atos e, por fim, trabalho, para se tornarem humildes. (CRESSONI, 2016, p. 91 e 92)

O que se vê são os fundamentos de Pedagogia nos educandos, que os enxerga como objetos a serem moldados dentro uma forma; tal ação fundamenta práticas assimétricas e alinhadas a um objetivo de manter o funcionamento da sociedade com base na reprodução das hierarquias sociais. Era uma prática comum realizada pelos grupos dominantes à época aos

sujeitos subordinados, mas que, no caso dos negros e suas relações com processo de escolarização, eram até bem pouco tempo ignoradas pela Historiografia da Educação.

O artigo de Adriana Maria Paulo da Silva, denominado “A escola do professor Pretextado dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista”, apresenta um personagem desconhecido não só da maioria dos brasileiros, mas também de uma parcela significativa dos docentes do País. Nesse aspecto, o objetivo é o de comentar, ainda que brevemente, aspectos importantes da ação de um docente negro, o Professor Pretextado dos Passos e Silva. A experiência histórica analisada indica a complexidade da nossa formação social e, portanto, devemos reconhecer as dificuldades inerentes às pesquisas relacionadas a compreensão dos fenômenos educativos brasileiros.

Adriana Maria de Paulo Silva, de forma objetiva, apresenta um retrato instigante das possibilidades utilizadas por vários afrodescendentes para acessar os mecanismos tradicionais de ascensão social no Brasil Império. O professor Pretextado teve que pedir autorização para abrir a escola e, entre as exigências legais, havia a necessidade de um exame oral que deveria ser aplicado aos professores da intuição proponente, que, neste caso, o referido professor não estava disposto a fazê-lo. A autora aponta que os argumentos que o professor Pretextado elaborou constituíram estratégias inteligentes e eficazes e, assim, obteve a aprovação para que instituição funcionasse:

[...] ele provavelmente teria utilizado a seu favor alguns dos estereótipos que identificavam os indivíduos “pretos” na sociedade escravista para conseguir sensibilizar as autoridades educacionais da Corte e conseguir deferimento para a continuidade da sua escola, sem que necessitasse prestar os exigidos exames profissionais. Nesse sentido, ele, inteligente, crítico, esperto e engajado, teria agido daquela forma para burlar as duras regras da sociedade escravista que o oprimia e aos seus alunos. (SILVA, 2016, p.155)

Atuações como a de Pretextado, isto é, a presença ativa de negros e pardos nos espaços escolares, seja como alunos seja como professores e em outros estratos importantes da sociedade, se não eram predominantes no contexto escravocrata, também não eram incomuns naquele período histórico. Nessa sequência, Silva (2016) argumenta que, em relação à presença de indivíduos oriundos de grupos marginalizados nos espaços de poder, inclusive, reproduzia a lógica escravista.

Não se trata aqui de endossar a tese de que havia, naquele período, uma sociedade aberta à mobilidade social nem de reforçar o senso comum que colocava os negros e pardos seriam como sujeitos tão racistas quanto os brancos nas relações de poder. O objetivo é



demonstrar um quadro da complexidade dessas relações e, é claro, evitar tanto o relativismo quanto a absolutização das análises do período nesse aspecto. Silva chama a atenção para o risco da produção de análises que escapem ao rigor científico ao sustentarem conclusões anacrônicas e de perfil excessivamente militante com relação à História da população afrodescendente brasileira.

Silva (2016) finaliza sua análise, reforçando a necessidade de que se revise a História do negro na Educação, sem que se reforcem dogmatismos ideológicos travestidos de teorias científicas ou de militâncias políticas que distorçam a História, a fim de que ela se encaixe em seus propósitos políticos. Nesse sentido, o diálogo e uma ação crítica são salutares no trato da questão e esse é, de fato, um grande desafio. Assim, concordando com Silva (2016), é um o repto que está posto para nós, pesquisadores e pesquisadoras da temática, e dos movimentos sociais relacionados à luta contra a discriminação.

Na parte final desta exposição, entende-se que é de grande pertinência o comentário acerca do artigo de Alessandra Frota Martinez de Schueler chamado “Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por Educação: André Rebouças (1838- 1898), José do Patrocínio (1853-1905) e Manuel Querino (1851-1923)” que versa sobre as trajetórias de três intelectuais negros ainda relativamente pouco conhecidos no nosso País e, nesse sentido, deve ser bastante raro algum estudante chegar à universidade tendo algum conhecimento, mesmo que superficial, da vida e da obra de André Rebouças, de José do Patrocínio e de Manoel Querino. O objetivo aqui, até por falta de tempo hábil para aprofundar as nuances históricas dos três personagens, é destacar algumas ações e lutas deles relativas à luta pela instrução da população afrodescendente.

Tais ações foram devidamente analisadas por Schueler (2016), que identificou, com base em fontes documentais e históricas, que os três intelectuais tiveram atuações destacadas e no campo educacional e político em prol da promoção da mobilidade social da população afrodescendente.

No que se refere a Rebouças, sua militância em torno da Educação como um instrumento para o desenvolvimento do País é evidente, como aponta Schueler:

[...] a educação, em vários de seus textos, surgiu como uma das reformas sociais mais urgentes para a sociedade e Império brasileiro. Na obra Agricultura Nacional Estudos Econômicos: propaganda abolicionista e democrática⁹⁷, há a defesa explícita da ideia de que o progresso do país só seria possível com um pesado investimento em instrução pública, teórica e prática, a fim de estimular o trabalho, o cultivo da terra, aperfeiçoar o trabalhador Nacional, visando também o seu próprio bem-estar (SCHUELER, 2016, p.198).



Em relação a José do Patrocínio e Manuel Querino, observa -se o reconhecimento do negro com um protagonista do progresso civilizatório brasileiro, ideia que, diga-se de passagem, era rara entre a intelectualidade brasileira do período.

Schueler destaca a importante contribuição dos três intelectuais citados, no sentido da problematização e de ações propositivas no campo educacional e no de instrução. Na parte final do artigo, a autora sintetiza as trajetórias e as experiências de André Rebouças, de José do Patrocínio e de Manuel Querino, defendendo a hipótese de que:

[...] os autores, apesar de suas diferentes experiências de vida, tiveram seus destinos cruzados na luta política e no campo intelectual. Atuaram como educadores e compartilharam um pensamento educacional fortemente marcado pela valorização da instrução primária, técnica e profissional e pela proposta de formação de um novo homem, integrado à civilização, ao progresso e aos paradigmas da liberdade individual. Nos três casos analisados, cabe salientar a presença dos Estados Unidos da América como referência paradigmática fundamental, no que se refere à política educacional (SCHUELER, 2016, p. 211)

E assim, Schueler demonstra que existe um campo de pesquisa importante ainda a ser explorado, no sentido de recuperar as experiências dos sujeitos não brancos, ora negligenciada durante muitas décadas pela Historiografia da Educação e pelas Ciências Humanas.

Os estudos de Schueler são especialmente instigadores para a realização de mais pesquisas relativas à História da Educação do negro, já que, segundo March Bloch, a Historiografia é construída e reconstruída em uma relação ativa entre o presente e o passado, eis aí, uma das suas maiores qualidades.

O texto de Ione Celeste de Souza, denominado “Padres, educadores, abolicionismo e instrução pública na Bahia, 1878 a 1884”, demonstra, mais uma vez, a utilização de estratégias, mesmo que localizadas, relativas à luta pela frequência e pela permanência de crianças negras no espaço escolar. O foco da ação dos padres educadores Romualdo Maria de Seixas Barroso e o cônego Emílio Lopes Freire Lobo era a Educação dos ingênuos, isto é, os filhos das escravas nascidos após da lei de 28 de setembro de 1873 (Lei do ventre livre).

É interessante notar que uma das justificativas, para tais ações era prevenir, por meio da escolarização dos ingênuos, o processo de acirramento de luta racial no País, pois, nos Estados Unidos, a abolição da escravidão se fez por meio de uma guerra civil de proporções extremamente violentas.

Além disso, Célia Maria Marinho, na obra “Onda Negra, medo Branco”, analisou receio de revoltas de escravizados e libertos era uma realidade e foi inspirado não só nas

experiências estadunidenses, mas também tinha como referência outros levantes ocorridos no País, como a revolta dos Malês (1834) e o processo de independência do Haiti (1791). Nesse sentido, a necessidade ações “tranquilizadoras” por parte das autoridades era mais do que necessária.

Os estudos apresentados nesta seção são importantes, pois lançam novas luzes sobre a complexa relação entre as experiências dos negros e as práticas de escolarização no período da escravidão e, ao mesmo tempo, auxiliam a Historiografia da Educação, no sentido de que ela possa continuar a elaborar instrumentos de análise capazes de oferecer maior grau de objetividade e de racionalidade ao saber e o fazer acadêmico e, portanto, garantir de maior validade científica as pesquisas do campo educacional.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Historiografia da Educação, nas últimas décadas, tem produzido importantes análises, no que se refere à Educação dos negros no Brasil, do ponto de vista histórico, fato que, certamente, é positivo, já que ela contribui para a elaboração de conhecimentos úteis, por exemplo, para instrumentalização e operacionalização da Lei n.º 10.639/2003 que, modificada em 2008 pela Lei n.º 116345, além da obrigatoriedade do ensino de História afro-brasileira, africana e indígenas nas instituições de ensino no Brasil, enquanto fundamenta, no campo teórico e de pesquisa, novas e profundas abordagens temáticas, auxiliando, inclusive, na formação de professores. Todavia, a aplicação da referida lei está bem longe da realidade, ainda que avanços tenham sido registrados.

Nesse sentido, com objetivo de finalizar por enquanto essa reflexão, cita-se mais uma vez Marcos Vinicius Fonseca (2016). Ele, que teceu importantes considerações em relação à necessidade de articulação pesquisas referentes a História da Educação dos negros e a formação docente, nesse aspecto comenta que:

[...] o conjunto de pesquisas sobre o assunto e sua divulgação em congressos e revistas especializadas indica que tal situação não é mais desconhecida pelos pesquisadores do campo educacional. No entanto,

necessita de um registro mais detalhado e consistente nos materiais de divulgação dos conhecimentos produzidos pela história da Educação, principalmente daqueles dirigidos aos cursos de formação de professores. É nos espaços de formação de educadores que essas informações precisam circular, pois é, em parte, através do entendimento da complexa relação entre os negros e a Educação ao longo da história que os professores poderão atingir uma compreensão efetiva do alcance das diretrizes legais que, atualmente, celebram a valorização da diversidade na Educação brasileira (FONSECA, 2016, p. 48).



Ainda que não tenha citado diretamente a Lei n.º 10.639 no trecho acima, Fonseca (2016) trabalha com a ideia de que não haverá efetiva mudança no ensino em sala de aula, sem que os docentes tenham acesso aos estudos mais recentes sobre as experiências dos negros no Brasil. Por outro lado, a formação continuada de professores deve estar em sintonia com as novas tendências no campo científico e tal ação não pode ser obra única e exclusiva dos profissionais da Educação, mas também é de responsabilidade das Secretarias Municipais, Estaduais e do Ministério da Educação prover o sistema educacional de recursos financeiros, técnicos e científicos para que ensino escolar realize com qualidade e efetividade suas funções constitucionais.

Os avanços na pesquisa sobre a temática são notáveis, bem como os desafios que se colocam para que os resultados cheguem ao conjunto da sociedade, mas tal fato, ao invés de desanimar os sujeitos históricos, serve de motivação para a continuação da luta por uma sociedade efetivamente inclusiva.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra Medo Branco**. O negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acesso em 09 de janeiro de 2023

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

CRESSONI, F. E. **Missão, ensino e escravidão: pedagogia jesuítica nas obras de Jorge Benci e Antonil**. In: Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aarovich Pombo de Barros. (Org.). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2016, v. 0, p.73-93.

DOMINGUES, Petronio José. **Uma História não contada: negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930)**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Acesso em: 18 jul. 2023.

FONSECA, M. V.; BARROS, S. A. P. **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016. v. 1. 442p.

FONSECA, Marcus V. Educação e controle em relação à população negra de Minas Gerais no século XIX. In: Fonseca, Marcus V.; Silva, Carolina Mostaro da; Fernandes, Alexandra Borges. (Org.). **Relações étnico-raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2011, v. 1, p. 61-92.

GELEDÉS. Site do Portal Geledés. **Pesquisa inédita mostra engajamento das secretarias de Educação com aplicação da Lei 10.639**. Disponível em:



<https://www.geledes.org.br/pesquisa-inedita-mostra-engajamento-das-secretarias-de-educacao-com-aplicacao-da-lei-10-639/?gclid=Cj0KCQjwiIOMBhDjARIsAP6YhSXg3K>. Acesso em 26/07/2023.

SCHUELER, A. F. M. Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por Educação: André Rebouças, José do Patrocínio e Manuel Querino. In: Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aarovich Pombo de Barros. (Org.). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2016, v. 0, p. 191-216.

SILVA, Adriana Maria Paulo. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. In: Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aarovich Pombo de Barros. (Org.). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2016, v. 0, p. 141-162.

SILVA, Adriana Maria Paulo. Grupphed Uesc. **História da Educação em Debate: Core Qualidade no Processo de Const. da Escol. Brasil.** c/ Adriana Silva. Youtube, 27/11/20. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=deQXwCZ8X6U&t=8653s>. Acesso em 18/05/2023.

SOUSA, Ione C.; Fonseca, M. V; Barros, Surya. A. P. Padres Educadores, Abolicionismo e Instrução Pública na Bahia -1878/84. In: Marcus Vinicius Fonseca; Surya Barros. (Org.). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: EdUFF,2016, v. 01, p. 217-245.

VEIGA, Cynthia Greive . Escola Pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 502-517, 2008.